

Entrevista com Sergio Luis Carrara

Por Mario Pecheny



Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, mestre e doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenador do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. Desenvolve pesquisas na área da Antropologia do Corpo e da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: sexualidade, gênero, homossexualidade, Direitos Humanos e violência. Publicou, entre outros, *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40* (1996) e *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século* (1998).

Como você começou a trabalhar em temas ligados a sexualidade e direitos?

Minha aproximação com o tema aconteceu no doutorado, dentro de uma trajetória mais acadêmica, intelectual, porque eu tive um orientador no mestrado que estava super envolvido com a questão da homossexualidade, que é o Peter Fry¹. Com ele eu acabei nem tocando nessa discussão, mas comecei a trabalhar com questões ligadas à justiça, principalmente ao Direito Criminal, crime, violência, de fato pensando o discurso jurídico, mais do que o discurso policial e do que a violência enquanto fenômeno social. Eu estava muito mais interessado no funcionamento da justiça, mas com um tema que não tinha a ver com sexualidade, que era o tema dos loucos criminosos, manicômios judiciários, que acabou acontecendo dentro de uma pesquisa coordenada pelo Peter, que tinha a ver com a discussão médico-legal da relação entre crime, raça e homossexualidade. Ele estava interessado em um caso específico, que era o de um sujeito que foi enviado para o manicômio judiciário do Rio de Janeiro em 1927, acusado de estuprar e matar garotos. Tinha sido um grande caso médico-legal – era um mulato, foi mandado para o manicômio judiciário e ficou lá até 1984: era o caso Febrônio Índio do Brasil². Era um caso super conhecido, no Rio de Janeiro principalmente. O Peter estava interessado nesse cruzamento de homossexualidade, raça e crime e eu fui trabalhar nisso, mas acabei desenvolvendo uma

¹ Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Etnografia Africana. Algumas publicações: *Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira* (Rio de Janeiro: Zahar, 1982), *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005) e, com Edward MacRae, *O que é homossexualidade* (São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983).

² Ver FRY, P. Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei. In.: EULALIO, A. et alli (Orgs.) *Caminhos Cruzados*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. Pp. 65-80.

pesquisa muito mais sobre o manicômio judiciário, sobre a instituição, e menos sobre a discussão sobre a homossexualidade³.

Fiquei muito interessado nesse trabalho sobre a teoria da degeneração, dentro de uma perspectiva mais de Antropologia – faço Antropologia, fazia mestrado no Museu, no programa de Antropologia, e fiquei muito interessado na discussão sobre degeneração, sobre a teoria médica da degeneração, que envolvia a questão da homossexualidade, mas várias outras questões. Por exemplo, a questão racial, a degeneração racial, cruzamentos inter-raciais, o que está ligado à sexualidade, enfim. Estava trabalhando com isso em finais dos anos 80, quando a AIDS começa a aparecer como uma preocupação muito central e começa a emergir a discussão sobre AIDS no Brasil. Os primeiros casos datam do início dos anos 80: 1981-82. Em 1985, eu ainda estava fazendo a minha pesquisa sobre manicômio judiciário, interessado na teoria da degeneração, responsabilidade penal, o que envolvia uma discussão sobre estatuto da pessoa, livre-arbítrio, toda essa discussão estava lá, e começa a aparecer a AIDS como uma questão. Comecei a me mobilizar um pouco em torno da questão da AIDS, fiz dois artigos sobre AIDS. Na mídia, tinha pouquíssimos casos no Brasil, mas já havia um discurso muito sensacionalista na mídia brasileira, e aí, com uma colega que também era aluna do Museu, a Cláudia Moraes, que já morreu, fiz dois artigos, ambos tratando do discurso jornalístico e AIDS⁴. Comecei a ficar interessado na questão da AIDS, houve uma certa mobilização no Instituto de Medicina Social em relação a isso. Nessa época, o Peter Fry era representante da Fundação Ford no Brasil – a gente está falando do momento em que a ABIA [Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS] está sendo criada, em 1986. Ela foi criada com um apoio importante da Fundação Ford e começou a gestar um projeto sobre o impacto social da AIDS no Brasil, no IMS. Acho que foi o primeiro projeto mais sociológico em relação à AIDS que teve um apoio importante da Fundação Ford, inicialmente.

Eu terminei o mestrado, terminei a discussão do manicômio judiciário e, dentro desse projeto que estava sendo gestado nesse momento sobre AIDS, comecei a trabalhar com a discussão sobre sífilis. Como eu vinha de um trabalho mais histórico com manicômio judiciário, preocupado com a teoria da degeneração, achei que seria uma forma interessante de conciliar meus interesses, levantando a discussão sobre a história da luta contra a sífilis e as doenças venéreas no Brasil. Eu achei que podia ser interessante na comparação com a AIDS. É muito curioso olhar o passado, porque eu tinha como referência um livro de um historiador norte-americano chamado Alan Brandt, que se

³ Ver CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: O aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: Eduerj/Edusp, 1998.

⁴ CARRARA, S.; MORAES, C. “Um mal de folhetim?” *Comunicações do Iser*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 17, p. 20-28, 1985 e CARRARA, S.; MORAES, C. “Um vírus só não faz doença”. *Comunicações do Iser*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 17, p. 5-20, 1985.

chama *No Magic Bullet*⁵. Ele fez uma história das campanhas contra as doenças venéreas nos Estados Unidos, que envolvia a questão da prostituição de uma maneira muito forte. Tinha essa referência e tinha também uma referência do meu material sobre o manicômio judiciário, sobre a teoria da degeneração, que dizia que a sífilis era uma das causas da degeneração racial e o alcoolismo poderia ser outra. Então eu tinha essas referências que colocavam a sífilis numa posição interessante para juntar essa abordagem mais histórica em relação à teoria da degeneração e a AIDS; não havia nenhuma referência se o Brasil tinha feito algo a respeito. Tem um outro historiador francês – também historiador da sífilis – que é muito interessante: ele diz que a sífilis é uma espécie de vedete decadente⁶. No momento em que a AIDS aparece, a sífilis já tinha deixado de ser um problema há muito tempo. Toda a história da sífilis estava um pouco submersa e eu não tinha a mínima informação do que havia no Brasil sobre isso. Eu fui para a Biblioteca Nacional, consultei diversos materiais e começou a surgir uma montanha de coisa com uma história muito interessante e complexa para pensar a AIDS, inclusive porque o Brasil também teve, em relação à sífilis, uma posição interessante no cenário internacional: nos anos 20, foi considerado um modelo de enfrentamento da epidemia, um modelo liberal-democrático interessante e avançado.

Fui coletando este material desde o final do século XIX e aí fui me aproximando do tema da sexualidade via essa discussão. Mais concretamente, já havia interesse sobre a AIDS, já havia feito alguns artigos sobre a AIDS, mas a aproximação mais sistemática mesmo foi com a pesquisa sobre a história da sífilis, do combate à sífilis no Brasil. Em relação à sífilis, continuei interessado – um pouco na linha de uma certa história da ciência, de uma Antropologia da ciência – na construção do conceito de sífilis, o que se entendia da doença, mas tive um foco muito forte nas ações, nas políticas públicas – não existia muito bem essa expressão naquele momento, mas é o que se poderia chamar de políticas públicas em relação à sífilis. Isso levantava questões fundamentais na área do Direito, que começava com a velha discussão da regulamentação da prostituição, que é uma discussão que vem lá do século XIX: o que fazer, uma vez que ela era considerada a fonte do mal. Se você pudesse comparar, as prostitutas estão para a sífilis como os homossexuais vão estar depois para a AIDS, em certo sentido. Então já havia essa discussão de fundo em relação a uma lei, uma regulamentação da atividade da prostituição, e isso é uma discussão que pega a Europa toda e a América Latina também. Ela também acontece no Brasil, então eu começo a acompanhar um pouco essa discussão que envolve a questão dos direitos (ou sua ausência) relativos aos doentes contaminados e das prostitutas. É possível pensar a sífilis nessa grande discussão, mas há vários outros desdobramentos no campo do Direito, como regulamentação de casamento, exame pré-nupcial obrigatório e crime de contágio venéreo, algo que agora de novo com a AIDS está se colocando de uma maneira muito intensa.

⁵ BRANDT, Allan. *No Magic Bullet: A Social History of Venereal Disease in the United States Since 1880*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

⁶ QUÉREL, Claude. *Le mal de Naples – histoire de La Syphilis*. Paris: Seghers, 1986.

Quer dizer, o Brasil acaba adotando o crime de contágio venéreo no Código Penal de 1940, e isso é uma grande discussão no meio médico e no meio dos juristas, porque o campo da luta contra a sífilis vai envolver não só os médicos, mas também os juristas, pedagogos e uma série de outros atores.

O crime de contágio era outro ponto importante nessa discussão. O Brasil vai adotar, em 1940, uma legislação bastante dura, porque no Código Penal Brasileiro o crime de contágio é culposo e doloso, quer dizer: não interessa se você sabe ou não que está contaminado, você pode ser responsabilizado por transmitir uma doença venérea, uma doença sexualmente transmissível. Uma legislação que existe até hoje, que está aí. Tem outras discussões, algumas coisas foram adotadas, outras não. Por exemplo, o crime de herança mórbida. Isso era outra proposta discutida nesse campo, quando se acreditava que a sífilis era uma doença transmissível hereditariamente, o que é diferente de conceber a doença como congênita. Hoje se considera a sífilis uma doença congênita, mas até pelo menos os anos 30 se acreditava que ela influenciava, de algum modo, o que era chamado de “plasma germinativo” – o que hoje se chamaria de DNA. Assim como o alcoolismo, haveria alguns fatores que poderiam mexer com o tal “plasma germinativo” e causar um processo de degeneração que iria se estender por várias gerações – não só na transmissão vertical, de mãe para filho. Em torno disso, havia uma grande discussão que envolvia a regulamentação do casamento: deixa-se casar ou não os “elementos disgênicos” - como os médicos chamavam -, isto é, “doentes” ou pessoas de “raças diferentes”. Existe todo um movimento que pleiteava uma regulamentação dos casamentos e, claro, as alternativas. Uma das alternativas mais liberais a uma regulação eugênica do casamento era o “crime de herança mórbida”, que permitiria aos filhos processar seus pais caso transmitissem alguma doença hereditária para eles. Naquela época, este era um dos meios de dissuadir determinadas pessoas a se casar e se reproduzir. De fato foi isso, foi pela sífilis e pelas políticas de combate à sífilis, que obviamente tinham uma dimensão médica, mas também uma dimensão legal, de direitos, muito importante.

O que era interessante também, que eu acho que me levou a trabalhar mais com isso, foi que havia uma espécie de “estilos de regular”, o que eu chamei de “estilos de regulação moral”. A América Latina se posicionava muito mais sob uma influência francesa, então tinha um certo estilo de política antivenérea, de política sexual. Eu acho que a sífilis, como a AIDS, coloca em jogo algo que a gente pode chamar de política sexual, porque não envolve o combate apenas a uma doença, é uma política muito mais ampla em relação à regulação da sexualidade. Também fiquei muito interessado em pensar em como é que nos diferentes contextos nacionais havia uma espécie de definição de um certo estilo. Nos Estados Unidos, por exemplo, havia um conjunto de medidas que não foram adotadas no Brasil e na América Latina em geral, como a esterilização compulsória de “anormais”, que era uma forma de impedir a reprodução, além do exame pré-nupcial e da proibição de casamentos inter-raciais. E principalmente, nessa discussão, a criminalização da prostituição em si, como ato, que ainda é vigente nos Estados Unidos. No caso da legislação brasileira – e acho que

de outros países latino-americanos –, o caminho foi o de criminalizar o favorecimento à prostituição, mas não a prostituição em si mesma. Se pensamos em sífilis naquela época, os países nórdicos também têm uma política que é considerada moderna no momento, mas que depois da Segunda Guerra vai ser considerada autoritária, é muito interessante. Uma das questões que eu fiquei trabalhando muito foi isso: o que faz, em determinado contexto nacional, com que certa política sexual vá em uma determinada direção. São duas questões ligadas: se pensamos nas várias medidas que são tomadas em relação a, aparentemente, objetos díspares – doença venérea, casamento, reprodução – e juntamos estes aspectos, seria possível perceber uma certa coerência? Em certa medida, acho que sim, mesmo que haja dissonâncias. Não há uma coerência completa: algumas medidas passam e outras não, mas ainda assim existe uma certa coerência. A questão é o que faz com que essas medidas sejam coerentes em uma determinada direção e não em outra. Por que em países em que a homossexualidade - a “sodomia” - é crime, a prostituição também é criminalizada? O que essas coisas têm em comum e como é possível pensar esses diferentes contextos? Daí eu derivei uma discussão sobre religião, sobre o peso das tradições religiosas nos diferentes contextos nacionais, principalmente a discussão das versões católica e protestante da pessoa humana e de como a sexualidade se coloca em cada uma dessas tradições – o peso que isso tem na definição de política sexual em países de tradição mais católica e em países de tradição protestante. Eu fui derivando várias coisas em relação à sexualidade, porque desse trabalho sobre sífilis saiu um trabalho sobre sexologia, que também é um trabalho mais histórico. Esse foi realmente um desdobramento do meu trabalho de doutorado sobre sífilis, porque fiquei interessado em pensar a abstinência sexual e como os médicos, principalmente, teorizavam a abstinência sexual nesse período até a Segunda Guerra.

Abstinência forçada ou por eleição?

Por eleição. Porque o Brasil não adotou a regulamentação da prostituição, diferente da Argentina, do Uruguai, que trabalhavam com modelos de regulamentação da prostituição. A regulamentação da prostituição era baseada em várias ideias, mas uma delas era a de que os homens tinham uma necessidade sexual inelutável, incontornável, e que as instituições sociais não se moldavam necessariamente ao processo de maturação sexual. Os homens amadureciam sexualmente muito antes de poderem casar. Portanto, a prostituição era um mal inevitável, e você poderia apenas regulamentá-la se quisesse controlar ou sanear os males que advinham dela. Nos Estados Unidos, não. A ideia que acaba sendo hegemônica é a de que você pode criminalizar e viver sem a prostituição. Não é um mal inevitável – o que eu achava, e como acho, que tem a ver com uma certa teoria sobre a natureza do desejo masculino, principalmente. No caso do contexto americano, a ideia era a de que a abstinência sexual não provocava mal algum. No contexto brasileiro, os médicos se reportavam à antiga tradição galênica, hipocrática, que teorizava a questão da “boa medida”. O problema era o excesso ou a falta total, então, como tudo, seria necessário ter um exercício regular da sexualidade para se manter saudável – eles condenavam tanto o excesso quanto a ausência total. É claro que a literatura trabalha muito mais – mesmo

quando está trabalhando com o pensamento médico e pensamento científico – a condenação do excesso, porque a medicina, para uma certa literatura e historiografia, vai estar vinculada ao controle da sexualidade; portanto, ao combate ao excesso sexual. Mas a medicina também combatia a ausência total, que também era um mal. Agora, em alguns contextos, não: havia uma discussão no meio médico, ideias mais novas, de uma tradição mais recente, que iam dizer que a abstinência não prejudicava a saúde. Quer dizer, os homens poderiam ficar sem sexo, se fora do casamento. Os homens solteiros poderiam ficar sem sexo sem nenhum problema.

E a sexualidade feminina era problematizada de alguma maneira? Quais eram as questões das que eram casadas e das que trabalhavam?

A minha opinião é que, nesse contexto, a natureza da sexualidade masculina era mais crucial para entender as políticas. As prostitutas quase que geravam espontaneamente a doença, ninguém se perguntava de fato como é que elas adquiriam essa doença e o modelo de transmissão era: as prostitutas transmitem aos homens, os homens às mulheres e as mulheres às crianças. Alguém teria que ter transmitido às prostitutas, certo? Mas essa não era a questão. A cadeia de transmissão era essa, e nessa cadeia havia o que eles chamavam de “vítimas inocentes” - que eram as esposas, as mulheres honestas e as crianças - e as “vítimas algozes” – que eram as prostitutas e os homens. No caso do discurso médico brasileiro hegemônico, havia os homens que não eram casados, que não tinham mulheres; portanto, eles tinham uma necessidade imperiosa e eram mais “vítimas inocentes”. Havia os homens casados, que eram os problemáticos. Quer dizer, a dupla culpável, do ponto de vista do pensamento médico, era a prostituta e o homem casado. Este último, aos olhos dos médicos, tinha uma maneira legítima de exercer a sua sexualidade mas procurava as prostitutas e com isso transmitia a doença à sua mulher e aos filhos. Nesse modelo, a questão fundamental é a sexualidade masculina, porque as mulheres são passivas, em um certo sentido. As prostitutas estão lá para atender as necessidades dos homens e as mulheres recebem a doença de seus maridos. Então, elas não têm nenhum caráter fundamental nessa cadeia. Agora, ao trabalhar o pensamento médico desse período, é perceptível que os médicos também vão teorizar sobre a importância da atividade sexual para as mulheres. Na literatura, alguns romances naturalistas do fim do século XIX são bem pedagógicos no sentido de mostrar o quanto a abstinência sexual total leva as mulheres à loucura. No Brasil, temos alguns romances bem interessantes falando sobre isso. É claro que os romances teorizavam muito menos, mas não é que deixassem de teorizar. A abstinência sexual era muito mais prejudicial aos homens, sem dúvida, do ponto de vista dos médicos. O desejo sexual masculino era ativo, muito mais forte do que o das mulheres. Também há uma teorização sobre o desejo delas, mas fora do contexto da sífilis; já é menos importante.

Depois da tese sobre a sífilis, eu comecei a discutir um pouco essa questão da abstinência sexual. De fato, eu construí dois projetos de pesquisa: um que era bem um desdobramento

da tese, sobre a questão da abstinência sexual no pensamento médico, na sexologia, que é isso que estou relatando, e outro que foi um projeto sobre processos de assassinatos contra homossexuais no Rio de Janeiro. Foram projetos paralelos. Eu já tinha, em certo momento, trabalhado com violência contra a mulher, com processos também. Gosto muito dessa parte de Direito Criminal, violência e crime, e depois da tese eu comecei também um levantamento de casos, de processos, para saber como esses casos eram tratados pela Justiça no Rio de Janeiro. Isso fez parte de um projeto grande, que envolveu o ISER [Instituto de Estudos da Religião]⁷ e o IMS. Era um projeto sobre violência e homossexualidade que integrava várias pessoas. A questão da abstinência sexual e a sexologia era um projeto um pouco mais pessoal, digamos assim, e esse outro em que eu me engajei era uma equipe grande de pesquisa, um projeto que envolvia entrevistas com gays, lésbicas, organizações, e uma parte de trabalho de arquivo, nos arquivos do judiciário da polícia. Tinha um coordenador da parte do campo e das entrevistas e eu fiquei com a coordenação da parte dos processos, da análise dos processos. Aí entrou a questão da homossexualidade, de fato. Mesmo tendo feito pontualmente um trabalho sobre AIDS, a questão da homossexualidade nunca tinha entrado como uma questão central. Já estava dentro da questão da sexualidade, com a sífilis – da masculinidade, como eu me referi, porque a questão dos homens é crucial para mim nessa discussão da sífilis –, mas não tinha entrado na questão da homossexualidade até então. Entrei via esse projeto, no início dos anos 2000. Aí já estava absolutamente dentro desta trajetória que leva ao CLAM [Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos]⁸, que precede um pouco a criação do CLAM e o meu envolvimento com a instituição.

E que correntes, disciplinas, autores e professores/as influenciaram sua formação e seu trabalho atual?

Inicialmente, teve meu orientador, Peter Fry, que tem um trabalho muito importante em relação à homossexualidade no Brasil. Embora eu só tenha começado a trabalhar com homossexualidade depois do doutorado, estive durante o mestrado sob orientação do Peter, durante cinco anos, então lia muito material em que ele trabalhava mais particularmente sobre homossexualidade. Peter teve um papel fundamental, crucial. Júlio Simões⁹ e eu fizemos recentemente um artigo, recuperando um pouco as discussões brasileiras sobre homossexualidade masculina *stricto sensu* e tentando, particularmente, mostrar como várias das intuições que depois vão ser consideradas pós-modernas, *queers* etc., já estavam, de algum modo, colocadas numa certa Antropologia da sexualidade que se

⁷ <http://www.iser.org.br>

⁸ <http://www.clam.org.br>

⁹ Antropólogo, professor do Departamento de Antropologia da USP, pesquisador colaborador do PAGU - Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP. Atua principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, cultura e política, envelhecimento e periodização da vida, sexualidade e gênero. Algumas publicações: *O dilema da participação popular* (prêmio ANPOCS de melhor dissertação de mestrado em 1991) e, em co-autoria com Regina Facchini, *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT* (2009).

fazia no Brasil entre a segunda metade dos anos 70 e o início dos anos 80¹⁰. A crítica ao “essencialismo”, à ideia da relacionalidade, tudo isso já estava colocado de maneira muito forte. A crítica às dicotomias, aos binarismos – não só homem/mulher, mas homossexualidade/heterossexualidade –, já estavam discutidas ali de modo muito presente. Se pensarmos em termos de influência, acho que tem um grande peso, não tanto no trabalho que eu desenvolvi sobre sífilis, mas depois, no trabalho sobre homossexualidade. Isso leva a me aproximar de alguns autores que estão mais ou menos alinhados com essa ideia antiessencialista em relação à sexualidade: Jeffrey Weeks¹¹, Carole Vance¹². Não são autores que concordam em tudo, eles têm orientações distintas, mas acabam se colocando numa mesma linha mais geral de argumentação, é interessante. Claro que Foucault é fundamental, como é fundamental também para muitos desses autores, embora no caso da Unicamp não tanto. Eu estudei na Unicamp, entrei em 1979, e já se discutia a questão da homossexualidade nesse momento. Dentro do currículo dos cursos de Antropologia havia um espaço para a discussão de homossexualidade, já existia uma crítica ao essencialismo, ao discurso médico, mas que vinha de uma corrente que não tinha nada a ver com Foucault, que era a Mary Douglas, na Antropologia: a ideia da artificialidade das classificações, a discussão em relação à ambigüidade, como as classificações são sempre limitadas, e como a ambigüidade tem sempre que ser controlada de algum modo¹³. Existia uma linha de discussão que não tinha a ver com Foucault. O próprio Jeffrey Weeks, que eu conheci bem depois, também estava desenvolvendo ideias muito próximas em alguns pontos, mas sem uma influência direta do Foucault. Enfim, eu já estava em contato com essa literatura quando Foucault apareceu mais fortemente na academia brasileira. Eu não me lembro, *História da sexualidade*¹⁴ é por aí, foi publicado em 1978 no Brasil?

Um pouco mais tarde...

Um pouco mais tarde? Não sei. Eu me lembro, por exemplo, do trabalho da Carmen Dora Guimarães¹⁵. Estou pensando a minha formação, num momento em que eu nem estava trabalhando exatamente com sexualidade, mas já vinha lendo sobre, discutindo... Eu me lembro que na faculdade li o trabalho da Carmen Dora Guimarães, que era uma aluna do Museu Nacional. Não a conheci pessoalmente, era aluno da graduação, nem estava

¹⁰ Carrara, S. ; Simões, J. “Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira”. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), v. jan, p. 65-100, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/05.pdf>

¹¹ Jeffrey Weeks, historiador e sociólogo com pesquisas na temática da sexualidade. Autor de *Making Sexual History*, Cambridge Press, 2000, entre outros títulos.

¹² Professora do Departamento de Ciências Sociomédicas, Escola de Saúde Pública da Universidade de Columbia. Publicou “A antropologia redescobre a sexualidade”. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.1, n. 5, p. 7-32, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v5n1/01.pdf>

¹³ Ver DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

¹⁴ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

¹⁵ GUIMARÃES, Carmen Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond. 2004.

trabalhando com tema, mas a gente lia. Lembro que ela leu Foucault, ela já está fazendo o trabalho. Quer dizer, a matriz teórica dela é o interacionismo simbólico, Mary MacIntosh¹⁶, que não tem nada a ver com Foucault. O Peter também está ligado a essa matriz – o Goffman, o Becker –, que no Brasil acaba virando o que a gente chama de Antropologia Urbana: no Brasil, toda essa linha sociológica ou psicossociológica vai acabar virando Antropologia, o que é uma coisa engraçada. Ela vai ser incorporada pela Antropologia por conta do método, por ser microssociológica; os antropólogos vão ser muito mais abertos à incorporação desta discussão do interacionismo. Na faculdade, tínhamos esses dois pés antes do Foucault, que era o interacionismo de um lado e a Mary Douglas de outro, na Antropologia inglesa. Tudo isso dentro da Antropologia, por mais estranho que possa parecer, o que levava a uma discussão e a uma crítica que depois o próprio Foucault vai acabar reforçando e os autores pós-foucaultianos vão estender, digamos, até os *queer studies*. Considerando os fundamentos, é quase como se fosse um tripé: o interacionismo simbólico, uma certa Antropologia inglesa – principalmente a Mary Douglas –, a discussão das classificações – de como as classificações são artificiais, que é de fato uma crítica ao positivismo – e o Foucault no meio, quase que simultaneamente, mas um pouco mais afastado.

E como você chegou a se relacionar com colegas, companheiros/as de outros países da América Latina?

Isso aconteceu muito depois do projeto do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos ter sido instalado. Uma das razões de eu ter me envolvido tanto com o projeto foi um pouco essa percepção do quanto o diálogo era, e talvez ainda seja, pouco denso no continente. Agora menos, eu acho. Pelo menos nessa área, acho que houve um grande avanço nos últimos anos. De certo modo, a gente até contribuiu um pouco para isso, pensando a minha própria trajetória e de outros colegas – acho que isso não é diferente em outros países. A gente tinha um diálogo muito mais com países ditos centrais, então a gente ia para a França ou para os Estados Unidos, e havia um completo desconhecimento do que acontecia à nossa volta. Há um ditado clássico de que o Brasil dá as costas para a América Latina – a chamada América Latina, cuja própria formulação é estranha, porque é como se o Brasil não fizesse parte dela. Talvez isso seja um problema muito mais do Brasil, uma vez que é um país que fala uma outra língua, o português. Então talvez essa sensação de isolamento seja mais forte no caso brasileiro. Mas olhando a minha própria trajetória, era muito mais fácil encontrar pessoas que conheciam a Europa, que estudaram na Europa etc., do que pessoas que conhecessem bem os outros países latino-americanos. O meu contato, de fato, acho que começa mais com o CLAM.

Em que ano surgiu o CLAM?

Em 2002, bem recentemente.

¹⁶ MACINTOSH, Mary. "The homosexual role". *Social Problems*, n. 16, 1968.

E atualmente, sobre que tema você está trabalhando?

Eu continuo na discussão de violência, homofobia e política sexual de um modo geral também, embora o meu trabalho seja muito mais ligado à homossexualidade. Estou pensando em política sexual a partir dos desdobramentos da política em relação a pessoas LGBT, que eu estou chamando aqui de homossexualidade, usando um vocabulário mais antigo. Pensando mais a questão dos direitos... Eu continuo de algum modo vinculado a esta discussão do discurso jurídico, seja no caso dos processos, no modo como a violência é tratada pela polícia e pela Justiça, seja de um ponto de vista mais geral em relação aos direitos; não apenas o Direito Criminal, mas os direitos humanos de um modo mais geral, e como isso vem sendo tratado nesse âmbito. Isso é o que de fato eu acompanho hoje.

E como se tratavam estes temas há vinte anos e como se tratam nos últimos cinco anos? Há uma mudança?

No Brasil especificamente, a discussão sobre a questão da homossexualidade tem obviamente uma cronologia que é bem nacional, um pouco posterior até ao que acontece na Argentina ou em outros países. O chamado “Movimento Homossexual Brasileiro” é do fim dos anos 70, início dos anos 80. Os primeiros trabalhos acadêmicos também aparecem nesse momento. As discussões apresentam-se muito mais voltadas à questão do preconceito e dos valores do que a mudanças concretas. É possível identificar alguns focos: por exemplo, a despatologização da homossexualidade. Esse é um foco importante, mas que de fato acaba também não dizendo muito mais a respeito de uma certa tentativa de transformar o significado da homossexualidade. A impressão que eu tenho é que, de um lado, o ativismo se dirigia muito mais aos valores de um modo geral e pensava muito menos a questão dos direitos – quais seriam, ou como seriam, tais direitos. Era muito mais uma pauta de “Queremos viver em paz”, “Não queremos ser violentados” etc.; mais de proteção do que de promoção de direitos, digamos assim. De proteção contra o Estado, de proteção contra a violência, que passava pela mudança de valores mais gerais, do preconceito em relação à homossexualidade. Do ponto de vista da academia, também havia alguns trabalhos que estavam muito mais voltados ao mundo homossexual: ao modo como viviam, como se organizavam, como se encontravam, as relações sexuais, as práticas sexuais, o que vai ser bastante intensificado depois com o aparecimento da AIDS. Acho que hoje o contexto é muito mais diversificado. Primeiro, em relação aos direitos: a pauta está muito mais voltada para a promoção – parceria civil, por exemplo, era uma coisa que não se colocava há vinte anos atrás, pelo menos não que eu saiba. Naquele momento, eu não estava acompanhando tão detidamente essa discussão – talvez não fosse do âmbito do impensável, mas não era uma reivindicação explicitamente colocada. Hoje temos trabalhos sobre conjugalidade e homoparentalidade, que de algum modo se relacionam com esse novo momento em que não se trata mais de proteção, mas de promoção de inúmeros direitos e não só de não ser discriminado. Parece-me que é um campo muito mais diversificado. A discussão sobre religião e sexualidade, por exemplo, era um campo muito

mais restrito. Temas e áreas inteiras sobre os quais não havia qualquer referência, e hoje já existem.

Nos últimos anos, quais foram os temas que alcançaram mais interesse, mais ações?

Bom, a AIDS é central. Nessa discussão toda, a AIDS é fundamental, acho que ela marca um ponto de transição importante, pensando do ponto de vista das pesquisas ou da discussão mais acadêmica. Eu acho que a gente pode pensar a AIDS mais como transição do que como ruptura nesse campo, porque ela vai aumentar enormemente a importância da pesquisa em relação à homossexualidade e às práticas sexuais de um modo geral, mas vai continuar mantendo o foco na prática sexual, pelas características da própria questão da doença e do modo de transmissão. Inicialmente, nota-se uma proliferação muito grande de trabalhos tratando sobre o número de parceiros, o que se fazia, quais e como eram os “lugares de pegação”, “lugares de encontro” etc., o que não deixa de ser uma intensificação de algo que já precedia a AIDS. Acho que depois disso já há, de fato, uma diversificação, onde a própria questão da prática sexual passa a não ser tão enfatizada. A questão dos direitos, do discurso jurídico e do discurso religioso começa a aparecer de uma maneira mais forte.

E de que maneira a AIDS influenciou os trabalhos que pensavam a homossexualidade no marco dos direitos? Por exemplo, para pensar a sexualidade trans e os outros temas que apareceram na agenda nos últimos anos?

Essa é uma discussão complexa, primeiro porque eu acho que a AIDS tem o efeito, de um modo geral, de colocar em foco várias minorias sexuais, se você quiser, ou vários grupos dissidentes no campo da sexualidade. Os trabalhos sobre homossexualidade eram pouquíssimos no Brasil, contavam-se nos dedos. Sobre travestis era um número ainda menor. A AIDS vai, de algum modo, jogar luz sobre estes grupos, e eles vão aparecer com mais intensidade nos trabalhos. Aí tem um movimento político mais amplo, que é o da autonomização desses grupos – antes estavam todos sob um grande guarda-chuva que era a homossexualidade, partindo do suposto de que seriam todos homossexuais: transexuais, travestis, gays e lésbicas. Todos estariam, de algum modo, abarcados pela homossexualidade. Não havia uma ideia da especificidade da questão transexual ou da questão travesti. De fato se trabalhava – essa é a crítica da Butler¹⁷, dos pós-estruturalistas, pós-modernos etc – com uma ideia de um *continuum*. As travestis eram, de algum modo, apenas uma manifestação mais radical da homossexualidade. Então, entre gays e travestis haveria uma diferença de grau. A partir de um determinado momento, essa diferença começa a parecer não mais como uma diferença de grau, mas como uma diferença

¹⁷ Ver BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003 [1990] e BUTLER, Judith. *Cuerpos que Importan*. Barcelona: Paidós, 2002.

qualitativa, como fenômenos distintos, o que marca uma especificidade da questão trans, que antes estava subsumida na questão homossexual. O que se tratava ao falar de homossexualidade é o que hoje seria abarcado na discussão sobre homossexuais masculinos ou gays. Depois, um movimento político mais amplo leva à autonomização desses sujeitos no campo da pesquisa e da reflexão – e, portanto, a um número cada vez maior de trabalhos sobre isso. A AIDS é importante, é fundamental, de um modo geral, mas não é ela que vai produzir essa autonomização. Claro, no momento em que ela faz com que esses grupos e temáticas tenham maior importância, vai abrir um espaço para que a autonomização aconteça.

Há um ponto negativo neste modo de se “abrir o jogo”?

Eu acho que algumas questões ainda estão em aberto. Para mim, a questão do “solo comum” ainda é complexa. Cada vez mais, a autonomização desses grupos aumenta, um fenômeno que, como você sabe, vem sendo trabalhado por muita gente. De fato, é preciso reconstruir esse “solo comum” que antes era dado pela homossexualidade, pelo desejo por pessoas do mesmo sexo e pela ideia de que sexualidade e gênero estavam colados de uma maneira necessária – qualquer movimento no plano do gênero supunha um movimento no plano da sexualidade. Ou seja, se alguém gostasse de usar roupas femininas é porque necessariamente desejava homens no plano da sexualidade; não haveria uma possibilidade de translação num plano sem haver necessariamente um movimento no outro. Isso se desarticulou, houve uma crítica a essa necessária conjunção de sexualidade e gênero. Agora, ainda resta saber o que há em comum nesses grupos, pois avalio que esse “solo” ainda não foi reconstruído em outras bases. Não acho que seja uma consequência negativa, só acho que é um processo cujas consequências ainda não sei bem.

Em um determinado momento, pareceu-me que a ênfase na prática sexual era algo a ser superado, o que eu considero uma herança da preocupação com a AIDS. Porque de fato, num certo plano, pouco importa o que as pessoas fazem na cama – importa muito mais como elas se apresentam socialmente e o que as pessoas *acham* que elas fazem. Quer dizer, o que se pratica é muito importante se pensarmos a partir de uma epidemio-lógica, mas não de uma sócio-lógica: se alguém faz algo de muito extravagante na cama e ninguém fica sabendo, isso tem muito pouca consequência para a vida social. Então a discussão sobre sexualidade não passa necessariamente pela cama, passa mais pelo que as pessoas imaginam que seja a cama.

Do ponto de vista teórico, quais são os seus critérios, seus aportes mais enriquecedores, mais críticos, mais inovadores, em matéria de sexualidade e direitos e como pensar se já cumpriram seu ciclo?

Eu não saberia dizer se esse aporte já completou seu ciclo ou não. Mas, desde o início do projeto do CLAM, um dos aportes que me parecia mais interessante era justamente aquele que via com olhos críticos a política baseada em sujeitos e o direito baseado em sujeitos. Isso foi uma perspectiva que nos interessou muito em promover. Eram perspectivas que

pensavam soluções, mesmo no plano jurídico, no plano do direito, que não passassem necessariamente pelos sujeitos. Ou seja, você não pensava em “direitos de gays” ou “de LGBT”, mas em direitos sexuais de um ponto de vista mais geral, sem ficar preso a categorias – essa preocupação, é claro, vem de todo esse passado antiessencialista sobre o qual a gente estava comentando. Era uma preocupação que já estava dada há muito tempo com o fechamento identitário, com essa ideia de essência e de interioridade, de uma “natureza homossexual” que poderia separar os indivíduos em “gays” e “não-gays”. Como, então, trabalhar isso no plano dos direitos e pensar políticas que fossem inclusivas e não estivessem fechadas em identidades específicas? Isso era uma coisa que já nos interessava desde o início do CLAM: juntar pessoas que pensavam um pouco nessa linha. Foi assim que a gente encontrou, por exemplo, Roger Raupp¹⁸, no Sul, que do ponto de vista de uma reflexão mais jurídica ia um pouco nessa direção, de pensar um direito não-identitário, se assim podemos chamar. Eu não sei, acho que embora essa ideia já seja muito mais divulgada e discutida, o ciclo ainda não se fechou. Não sei se isso é um aporte, como você diz, que vá um dia fechar o seu ciclo, ou se é um elemento que deva estar sempre presente quando se pensa política sexual, direitos e sexualidade. Afinal, de quem estamos falando e até que ponto essas políticas e direitos acabam levando a uma nova estratificação das populações, construção de novos guetos e de novos compartimentos onde as pessoas necessariamente serão incluídas? Esse é um elemento crítico que me parece ser fundamental, embora já esteja muito mais divulgado. Mas não me parece também que a solução seja fácil, embora haja uma discussão muito grande. O modo como você constrói políticas de direitos nessa área sem cair no fechamento das identidades não é uma coisa facilmente resolvível, até porque todo movimento político acaba reforçando a questão identitária. Um dia eu estava lendo um livro da Susan Sontag, que comprei no Canadá, sobre o sofrimento dos outros¹⁹. Bem no início, tem uma frase em que ela diz: “Para o ativista, a identidade é tudo”. E é isso: do ponto de vista do movimento político, a identidade é fundamental. A academia, nos seus vários planos – sejam nas ciências sociais ou nas ciências jurídicas –, diz: “Olha, a identidade é construída”, e esses dois processos acabam caminhando juntos, embora sejam um pouco contraditórios. A gente não sabe exatamente como essas coisas vão se articular finalmente. Eu acho que é um jogo aberto, nesse sentido.

¹⁸ Juiz federal e professor do Centro Universitário Ritter dos Reis. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, direitos fundamentais, direito da antidiscriminação, direitos sexuais e direito à saúde. Algumas publicações: *A justiça e os direitos de gays e lésbicas: jurisprudência comentada* (Porto Alegre: Sulina, 2003) e *Direito da antidiscriminação: discriminação direta, indireta e ações afirmativas* (Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008).

¹⁹ SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

Essa percepção de que a noção de sujeito é problemática de algum modo, e pensar que é tempo de voltar a atenção, por exemplo, à psicanálise, faz algum tipo de aproximação com o tema do sujeito?

Eu acho que essa aproximação já está incorporada de algum modo em toda essa discussão. Eu acho que não é o caso de voltar. O diálogo já está aberto, foi feito.

Vamos voltar ao tema que mais te interessava, que era o dos processos judiciais e criminais. Um dos temas que consideramos problemático é a criminalização em matéria de sexualidade. Que problema isso traz?

Primeiro, uma constatação: é muito interessante acompanhar a discussão sobre políticas públicas e direitos LGBT no Brasil. Há uma certa confluência de setores chamados progressistas, de vários campos. Quando a questão da criminalização da homofobia está em discussão, há um diálogo de surdos interessante: todo o campo mais progressista, do ponto de vista do Direito Penal, é contra o encarceramento, contra a criminalização como reação mais adequada, principalmente quanto à pena de prisão. Nas conferências preparatórias para a Conferência Nacional, o “movimento” está totalmente favorável à criminalização da homofobia e os seus aliados mais progressistas no campo do Direito Penal dizendo que esse não é o caminho. Mesmo os juristas como o Roger, ou outros no Brasil que estão mais alinhados à causa, têm um diálogo com o movimento e se dedicam mais a pensar esta questão, em algum momento diziam: “Não achamos que a consequência disso vai ser muito importante – a consequência prática, o número de prisões –, a questão é muito mais o peso simbólico que vai ter uma lei que criminaliza a homofobia”. Não são favoráveis, não veem com entusiasmo, mas também não são totalmente contrários: pode haver uma importância simbólica, mesmo que as consequências práticas não sejam muito boas. Eu tendo a pensar que há um marco simbólico importante se a criminalização da homofobia passa a existir. A minha preocupação é que tem muitas coisas em aberto nessa discussão. No campo político, há uma certa mobilização emocional em torno da questão da criminalização, mas algumas questões continuam não discutidas. Por exemplo, a questão da liberdade de opinião, que é de fato a contraposição dos conservadores, principalmente dos religiosos, à ideia da criminalização da homofobia no Brasil: “Então não vamos mais poder dizer que a homossexualidade é um pecado?”. Eu acho que essa questão ainda não foi enfrentada nem do ponto de vista dos ativistas e nem dos intelectuais voltados a essa discussão. Eu andei pensando, trabalhando um pouco, voltando a velhos textos, como o Sartre em *Retrato do Antissemita*²⁰, em que ele vai argumentar que o antissemitismo não é uma opinião, mas uma paixão e, portanto, não poderia ser protegido pela liberdade de opinião. Mas é um texto muito complicado do pós-guerra...

²⁰ SARTRE, Jean-Paul. *Portrait of the Anti-Semite*. London: Secker & Warburg, 1948.

Também é pela liberdade da paixão...

É. Mas isso não é um direito reconhecido nesses termos. A liberdade de opinião e de expressão é um direito fundamental. Então, o que as pessoas que criticam a criminalização do ponto de vista do chamado “campo conservador” estão levantando é isso: a liberdade de expressão. É uma coisa que me preocupa. Em um certo sentido, acho que há uma discussão ainda muito pouco consolidada sobre que tipo de fato essa lei incidir: manifestações verbais sobre o que seja homossexualidade ou situações muito concretas de discriminação que são, para mim, indubitavelmente criminalizáveis. Agora, isso é um outro ponto, porque a lei no Brasil envolve pena de prisão. Essa é uma questão que vai colocar muitos progressistas no campo do Direito Penal numa posição contrária à lei, já que são contra a prisão como resposta. Agora, é possível haver uma penalização que não seja prisão também. Tem coisas que ainda estão pouco claras, embora esse projeto já tenha sido aprovado pela Câmara de Deputados no Brasil e esteja sendo discutido no Senado.

É delicado perguntar o que acontece quando movimentos sociais e intelectuais fazem pleitos diferentes... Ou seja: como é a relação entre o que os intelectuais podem pensar e questionar e o que pleiteiam os movimentos – algo mais sólido, uma divisão política, uma reivindicação? Como, na sua experiência pessoal, isso se combina?

Num certo plano, a impressão que eu tenho às vezes é que existem alguns acordos de base, nem sempre formulados explicitamente, que acabam colocando essas pessoas no mesmo barco, embora defendam ideias muito discordantes em relação a alguns pontos. Todos são contrários à homofobia, ao machismo, ao heterossexismo etc. Agora, alguns são favoráveis a uma política identitária que claramente dê visibilidade aos grupos; outros acham que a identidade é um mal e que é preciso pensar em políticas pós-identitárias. Em alguns momentos, me parece que o que é comum acaba prevalecendo e as divergências acabam sendo silenciadas – é o que eu digo, num diálogo de surdos. A questão é que do ponto de vista das políticas, trata-se de um conjunto muito heterogêneo: tanto medidas que levam a uma fixação identitária, digamos assim, quanto medidas que trabalham de um ponto de vista mais abstrato, sem designar sujeitos, ou que abarcam sujeitos potenciais que hoje a gente nem divisa, nem consegue perceber que existem.

E pensando pelo lado positivo: em que se apóiam os meios acadêmicos e os movimentos sociais? Para que se servem um ao outro?

Eu acho que há uma reflexão que vai se desenvolvendo no diálogo, não tenho dúvida em relação a isso. É até difícil separar o que é plenamente acadêmico do que é plenamente ativista ou político. Em geral, o que eu observo é uma zona intermediária muito vasta na qual as pessoas têm uma ação política e uma inflexão acadêmica, ou vice-versa, com alguma ênfase. Acho que há uma reflexão que se produz nesse diálogo mesmo, nesse contato. Claro, do ponto de vista de uma certa academia, eu diria até do *mainstream* acadêmico no

Brasil, nas Ciências Sociais, que é “pós-tudo” – pós-identitária, pós-estruturalista etc –, acredito que ela funcione como um contraponto fundamental ao discurso político para o próprio discurso político, que se dá no plano da ação, das paixões e do pragmatismo. Então, esse distanciamento mais reflexivo é fundamental, além do contraponto de que talvez essas realidades do mundo político não sejam tão fixas ou tão reais como se afirmam, embora tenham que se afirmar, num certo sentido, no plano político. O que eu entendo menos é o movimento de volta; acho que essa academia *mainstream* deveria reconsiderar, por exemplo, a questão da identidade como uma forma de completar esse diálogo. Embora a identidade seja construída – e não fixa ou essencial –, ela é fundamental. Acho que a gente se coloca do ponto de vista mais reflexivo, podendo ou não ser político eventual ou simultaneamente, mas temos que pensar também a importância da identidade, sem apenas criticá-la a partir de um discurso muito abstrato, baseado na psicanálise, em Foucault, em diversos outros autores. Quer dizer, a gente tem que repensar, talvez, o peso e o poder da identidade. Quando a Sontag diz: “Para o ativista a identidade é tudo”, o que isso poderia acarretar em termos de uma reflexão acadêmica ou em termos de pesquisa, mais concretamente? Para além da discussão sobre se a identidade é ou não essencializada, se é ou não fixa, ou qual a relação entre o desejo e a identidade. Deixando isso de lado, pensando muito mais seus efeitos, sua importância e o modo pelo qual a identidade viabiliza alguns processos; seria uma forma do discurso acadêmico ouvir mais o discurso político. Eu acho que há uma tendência tradicional do discurso acadêmico, que é científico, de querer de algum modo orientar o discurso político. Ele não se coloca numa relação igualitária, digamos assim. A academia e a ciência, principalmente no Brasil, mas não só, sempre tiveram essa pretensão. A gente tem uma herança positivista muito forte de conduzir as massas políticas, e para mim é menos claro o modo como o discurso acadêmico ouve o discurso político.

Pensando numa comparação com o modo de encarar o tema da sexualidade nos países centrais e em outras regiões do mundo como a Ásia e a África, o que seria específico da América Latina? O que teria de idiossincrático, para resumir?

Não sei dizer. Eu apostava na hipótese de que a América Latina teria uma política muito menos baseada nas identidades, porque seu modo de construção na América Latina se fazia tradicionalmente de uma forma diferente dos países centrais. Teria que haver uma discussão um pouco mais complicada do modo como essa ideia de que cada um possui uma essência ou uma verdade interior se realiza em diferentes contextos culturais e nacionais, mas me parecia que a América Latina poderia fazer um contraponto em relação à política muito mais identitária de países como os Estados Unidos. Nesse momento, não tenho isso tão claro, teria que haver uma comparação mais sistemática da produção. Isso que a gente vinha conversando sobre identidades fluidas e não-essencializadas, não sei se isso é de fato o *mainstream* nos países centrais. Teria que pensar outros campos – por exemplo, as discussões em relação às origens genéticas da homossexualidade. Eu não conheço pesquisas

nessa direção no Brasil, mas já vi vários trabalhos sobre isso nos Estados Unidos. Há outras variações do determinismo biológico da sexualidade: não só a genética, mas problemas na gestação que determinariam a homossexualidade dos filhos, por exemplo – coisas que entre nós não me parecem tão presentes. De todo modo, não sei, acho que num certo momento me parecia que a América Latina tinha uma possibilidade maior de pensar políticas universalistas não-identitárias. Hoje eu já não teria tanta certeza em afirmar isso.

Uma outra discussão tem a ver com esse debate – sobre a qual, aliás, a gente estava até comentando antes: a própria ideia de “países centrais”, que precisa ser repensada. O que é um país central, exatamente? A gente chega, por exemplo, nos Estados Unidos e se acha subdesenvolvido neste campo? A gente chega e acha que eles conquistaram muitas coisas que nós ainda iremos conquistar? Não sei, não me parece. Uma vez, ouvindo um norte-americano falar sobre política sexual nos Estados Unidos eu disse a ele que não sabia se ele estava falando do meu passado ou do meu futuro. Eu esperava que ele estivesse falando do meu passado, do ponto de vista de um latino-americano. Nesta área, é difícil classificar muito claramente esses países numa hierarquia de desenvolvimento. Essas hierarquias parecem não funcionar muito bem. É difícil ter muita clareza sobre onde colocar a América do Norte ou outros países que poderiam ser pensados como centrais. Mesmo a França, em alguns aspectos. Não sei, seria outra discussão.

Quer falar algo mais?

Tem esse aspecto das influências... Quando pensamos em Foucault, já havia outras coisas, como o interacionismo simbólico. Aliás, o Foucault é bem recebido porque já existe um contexto, outras coisas rolando nessa mesma direção, senão teria sido ignorado. É interessante retomar um pouco o fio, tentar construir as coisas. Em relação à criminalização, eu não tenho uma posição muito fechada. Acho que tem uma importância simbólica, tanto é que a ação do CLAM em relação a isso tem sido mais no sentido de acompanhar do que intervir. Eu acho que ninguém vai ser preso por homofobia, mas vai ter um impacto simbólico. Só fico preocupado em relação a essa coisa do discurso: às vezes, brinco com os colegas: “Não vou mais poder dizer que a heterossexualidade é perigosa, que faz mal à saúde?” Quer dizer: até que ponto você vai ter uma certa coibição do discurso? Para mim, as pessoas podem considerar a homossexualidade do jeito que elas bem entenderem.

Também dá para pensar o papel das políticas públicas: até que ponto uma política ou uma legislação pode mudar ou modificar um sentimento cultural na prática, não?

Isso é uma discussão muito interessante que a Butler faz no livro *Excitable Speech*²¹. Não sei se você leu, é bem legal. O contexto é outro, a questão são as feministas querendo

²¹ BUTLER. Judith. *Excitable Speech: A Politics of the Performative*. London & New York: Routledge, 1997.

censurar a indústria pornográfica. Então, ela vai desenvolvendo uma argumentação, inclusive voltando àquela ideia sobre se as palavras fazem coisas ou não, ao caráter performativo da linguagem. Se imaginarmos que a linguagem tem um poder concreto de fazer coisas, isso até justificaria a criminalização. Ao mesmo tempo, ela levanta outra questão que eu acho interessante: ela diz que uma censura nesse âmbito iria congelar o significado das palavras, porque conforme elas vão sendo utilizadas, há todo um trabalho de corrosão de sentido. Tome-se a expressão “viado”, por exemplo. Caso passe a existir uma lei que criminaliza o discurso homofóbico, essa palavra pode sair de uso, fazendo com que o seu sentido não seja mais passível de transformação. É como se fixasse um certo estado das relações e, portanto, se coibisse a manifestação pública, sem que houvesse transformação de fato. As pessoas parariam de falar e de manifestar publicamente sua homofobia, mas não seriam menos homofóbicas e talvez tivessem até menos chance de serem, porque o discurso estaria congelado ali, não teria uma possibilidade de transformação. Agora, no livro, a Butler está pensando a pornografia; não sei se ela pensaria a mesma coisa do ponto de vista da homofobia. Ela entra numa discussão com as feministas, que também estavam pedindo a censura à pornografia. Mas é interessante. Eu acho que essa discussão tem que ser trazida de volta, assim como a discussão do Sartre: o preconceito pode ser considerado ou não uma opinião? De fato, é um processo que já aconteceu em relação à raça, aos crimes de racismo. No Brasil, é o que todo mundo diz: depois da lei que criminalizou as manifestações de racismo, não se ouve mais publicamente piadas ou comentários racistas, eles foram eliminados do espaço público. É possível ouvi-los privadamente, mas não no espaço público. Mas será que isso mudou a mente ou a cultura? Acho que a ideia radical da Butler é que isso não só não muda, como impede a mudança.

Sergio, obrigado.